



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, ADOTADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE "DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA, SOBRE A LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS AOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA E SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ÂMBITO DA AMAZÔNIA LEGAL, INSTITUI MECANISMOS PARA APRIMORAR A EFICIÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017
(Do Sr. Izalci Lucas)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a regularização fundiária rural e urbana de que trata a Medida Provisória nº 759/2016, em especial, no que diz respeito à **regularização fundiária rural**.

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93,II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, ouvido o Plenário, seja realizada audiência pública destinada a debater a Medida Provisória nº 759, de 2016, que Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.

Considerando ser de fundamental relevância a discussão dos temas dispostos na Medida Provisória nº 759, de 2016, em especial, no que diz respeito à regularização fundiária rural, propomos convidar os seguintes palestrantes para discutir o assunto:

- **LEONARDO GÓES SILVA** - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- **JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO** - Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário;
- **SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO** - Secretário do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SPU/MPOG;
- **JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL** - Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;





CONGRESSO NACIONAL

Federal;

- **PAOLA AIRES CORRÊA LIMA** - Procuradora Geral do Distrito Federal;
- **Fabiana Torquato** – Advogada especialista em área fundiária;
- **RENATO SIMPLÍCIO** – Representante do CNA.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista o disposto na Medida Provisória (MPV) nº 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, dentre outros temas correlatos, cremos ser de suma importância a discussão acurada desse ponto destacado na medida provisória.

Afinal, revogas dispositivos de sete leis distintas, inclusive o Capítulo III da Lei nº 11.977, de 2009, que dispunha sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos.

A Exposição de Motivos aponta como fundamentos de relevância e urgência da matéria os problemas estruturais decorrentes da desconformidade entre as normas existentes e a realidade fática, que impedem a concretização do direito à moradia e produzem efeitos negativos em matéria de ordenamento territorial, mobilidade, meio ambiente e saúde pública, assim como os Acórdãos nº 775, 1.086 e 2.451, de 2016, do Plenário do TCU.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2017.

Deputado Izalci Lucas
PSDB/DF

